

ATA N.º 24/2024

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL CELEBRADA
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024

No dia 27 de novembro de 2024, no edifício dos Paços do Concelho - Convento do Carmo, pelas dez horas, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes: o Sr. Presidente da Câmara, Pedro Paulo Ramos Ferreira, os Srs. Vereadores Luís Alberto Trindade Silva, Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira, Joaquim António Marques Cabral, João Miguel Borges Trindade e Tiago Ribeiro de Carvalho Ferreira.

O Sr. Presidente justificou a ausência do Sr. Vereador António Manuel Oliveira Rodrigues, por compromissos inadiáveis.

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião para a qual foi estabelecida a seguinte Ordem do Dia:-----

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

| DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1. Documentos previsionais para o ano de 2025 - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, e Mapa de Pessoal.-----

1. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2024 - ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO, E MAPA DE PESSOAL

Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, os documentos previsionais do município para o ano de 2025 - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, bem como, o Mapa de Pessoal.

O Sr. **Presidente** fez a seguinte intervenção:

“O Orçamento Municipal para 2025, apresenta-se em valores como o maior desde 2013 no Município de Torres Novas, no montante de 59.339.453€.

Este Orçamento que encerrará o mandato em curso, continuou a nortear-se tendo como VISÃO o continuar a querer ser um “MUNICÍPIO MAIS COMPETITIVO, SUSTENTÁVEL, COESO E DIGITAL”.

Continua a refletir no seguimento do ciclo dos três últimos mandatos, a prossecução dos 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL onde, depois de aferidos pela CESOP- UNIVERSIDADE CATÓLICA, oito deles o município já conseguiu superar e os restantes encontram-se bem expressos no Orçamento em análise.

Dissecando o total do Orçamento, destaca-se a DESPESA CORRENTE com 33.157.968€ (56%), a DESPESA DE CAPITAL com 26.181.485€ (38%) e a DESPESA NÃO EFETIVA com 1.693.238€ (6%).

É notório o crescimento da DESPESA DE CAPITAL que inclui uma grande aposta em obras de relevante importância por todo o concelho ao nível de pavimentações, unidades de saúde, complexos desportivos, aposta na Estratégia Local de Habitação e Rendas Acessíveis, corredores ecológicos, proteção civil, espaços verdes, equipamentos culturais, requalificação do mercado municipal, zonas industriais, obras em IPSS, uma forte aposta nos equipamentos escolares e a continuação de uma imparável aposta na rede informática também extensiva à dinamização do comércio local.

A maioria dos grandes investimentos terão a cobertura total ou parcial de FUNDOS COMUNITÁRIOS, fruto de uma permanente atenção a abertura de candidaturas ao nível dos Programas “2030”, PRR e ITI entre outros. Algumas das grandes obras não participadas a 100%, obrigaram ou obrigarão, sob risco de não concretização, à contratualização de empréstimos dentro da capacidade legal de endividamento, não comprometedora face a empréstimos que se têm vindo a saldar ao longo do tempo e que ainda proporciona ao município uma tranquilizadora margem de potencial utilização de mais de cinco milhões de euros.

Na DESPESA CORRENTE será de salientar alguns custos relevantes como os ligados à energia elétrica, com maior impacto na aposta em equipamentos e modernização de sistemas, esperando melhorias significativas nos custos com o sistema em geral.

Em termos do equilíbrio orçamental seria imperdoável omitir os custos que suportam o êxito com os TUT gratuitos com valor significativo nas GOP, mas que irá continuar a merecer uma especial atenção para o alargamento da rede, em fase de estudo.

O setor da EDUCAÇÃO, com 3.000.000€ reflete bem a aposta no setor, refletindo também um desequilíbrio financeiro originado pela insuficiência de valores recebidos do Estado por via da Delegação de Competências.

O associativismo, como projeto de dinâmica ao níveis cultural, desportivo e social continuou a merecer especial atenção com impacto nas Despesas Correntes, de forma bem significativa.

Neste Orçamento o papel relevante das Juntas de Freguesia nunca poderia ser esquecido. Assim, e reconhecendo o excelente e imprescindível trabalho das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias, pela terceira vez em três mandatos, foram considerados aumentos financeiros nos valores de delegação de competências e em futuros investimentos de capital da opção e responsabilidade das mesmas, no montante global de 500.000€, sendo contemplada a atualização de valores nas delegações de competências.

A operacionalidade municipal designada por PROXIMIDADE E EXCELÊNCIA e que abrange todos os setores do município ao nível de pessoal, funcionamento em geral e respetivos encargos financeiros, custará cerca de 26.000.000€.

Para equilíbrio orçamental, a RECEITA CORRENTE no montante de 35.493.864€, inclui como principais itens o IMI, o IMT, o IUC, a DERRAMA, as taxas de LOTEAMENTOS E OBRAS, o FEF e o IRS, conscientes de que a redução significativa do IMI, apesar de penalizar a arrecadação de receitas, alivia o orçamento familiar nos munícipes torrejanos.

No tocante à RECEITA DE CAPITAL no montante de 23.845.589€, destaca-se a relativa à TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, ao FEF e a FUNDOS COMUNITÁRIOS, estes no significativo montante de 14.741.902€ que traduzem bem a forte aposta neste período de candidaturas. Perante este último mandato em ciclo autárquico de 12 anos é notória a grande aposta no aproveitamento de Fundos Comunitários.

Apresenta-se assim um SALDO CORRENTE de 2.335.896€ influenciado pelo montante de AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS previsto de 2.139.742€, apurando-se um saldo no equilíbrio orçamental positivo de 196.154€, sendo porém compreensível e evidente que o aumento de custos derivado do aumento do valor de empréstimos, não é comprometedor da estabilidade financeira do município, caracterizado por não ter pagamentos em atraso.

Será de relevante importância salientar que, pelo menos cerca de 2.300.000€ influenciam negativamente o saldo corrente deste Orçamento, nomeadamente o aumento do salário mínimo nacional sem contrapartida estatal, o aumento do custo das refeições nas escolas, a limpeza de instalações fruto de novo equipamentos, as amortizações de empréstimos contraídos e sobretudo o déficit nos contratos assumidos com o governo no tocante a delegação de competências nas áreas da educação, saúde e ação social, estes, que só por si atingiram um montante de cerca de um milhão de euros.

Porém, para melhorar saldos as opções que poderão colocar e que rejeitaremos à partida, poderão ser:

- Aumentar as taxas de impostos como o IMI?
- Cortar nas despesas com pessoal? Em que setor? E a eficácia dos serviços nas escolas, nas zonas verdes, nas obras, na higiene, na proteção civil?
- Acabar com a gratuitidade dos TUT?
- Não concretizar algumas obras que consideramos essenciais? Quais?

Temos um projeto para respostas essenciais calendarizadas no tempo. O Partido Socialista de Torres Novas sabe o que é importante para o concelho e tem dado provas disso, com equilíbrio financeiro e cumprindo regras e sem pagamentos em atraso.

2025, último mandato de um ciclo de três, demonstrará que TORRES NOVAS continuará a destacar-se a nível nacional como um município COMPETITIVO, SUSTENTÁVEL, COESO E DIGITAL numa área de 270 Kms², onde as populações das 10 freguesias continuarão a sentir o gosto e o orgulho de serem torrejanos ou de viver em Torres Novas.”

O Sr. Vereador **Tiago Ferreira** apresentou a seguinte declaração de voto:

“É complicado enquanto vereador da oposição fazer uma análise sistemática de um documento com 341 páginas.

Para ser mais específico, estamos a falar de em menos de uma semana fazer uma análise detalhada com o tempo a que isso nos obriga.

O PSD, no âmbito do direito de oposição, e uma vez que o senhor Presidente também já nos facultou um gabinete devidamente equipado, solicitamos agora um acompanhamento de assessoria técnica a todos os partidos da oposição com assento na bancada da Assembleia Municipal, para nos dar um apoio na análise técnica destes documentos. Fizemos isso, até porque pensamos que isso valoriza o trabalho da oposição e dá mais credibilidade a todo o processo.

Esse pedido foi feito porque realmente os números são extensos e são difíceis de analisar, mas também não é por causa disso que nós não nos esforçamos menos para fazer, ainda assim, aquilo que nos é possível.

Quero aqui afirmar que este Orçamento é para mim, e desde que fui eleito para Presidente do PSD em 2018, o orçamento mais assustador que eu já tive a oportunidade de analisar. Isto porquê? Porque nós estamos a continuamos num ciclo de aumento constante das nossas despesas com o pessoal. Comparativamente, em termos da relação entre as despesas com o pessoal e as despesas correntes, estamos perante um cenário de 51%. Só para que todos percebam bem, as despesas com o pessoal passaram de 15 milhões do ano passado que já tinham aumentado cerca de 2 milhões em relação ao ano anterior, que passara de 13 para 15 milhões e agora passam para 17 milhões. O nosso quadro do pessoal parece estar sistematicamente a ser aumentado, e a sua alteração em termos de orgânica para satisfazer alguns politicamente, obriga o Município a ficar com uma estrutura demasiado pesada para aquilo que me parece que seja o limiar da nossa sustentabilidade financeira.

O PSD analisa este orçamento desta forma porque vemos que, efetivamente, é o que está a acontecer, é que temos um orçamento muito empolado por força de termos muitas obras do PRR e que podiam ainda ser mais se o PS tivesse uma verdadeira estratégia consolidada e não governasse ao sabor do vento. Veja-se, comparativamente, a alguns concelhos vizinhos com muito menos capacidade técnica que o nosso e que quase duplicam os valores das suas candidaturas. Podemos verificar, mesmo com uma estrutura de custos correntes muito mais baixa conseguiram ter 30 milhões de investimento quando nós nos ficamos pelos 24,4 milhões. Faço questão de o dizer porque é necessário que o rácio apresentado das despesas de pessoal, face a despesas totais, é enganador pois o Orçamento inclui as verbas do PRR que são resultado das circunstâncias económicas decorrentes da pandemia.

É por isso necessário dar ênfase que este constante aumento das despesas com o pessoal tem um impacto extremamente assustador naquilo que são as contas para o futuro.

Efetivamente, conseguimos analisar que este é um orçamento que apresenta alguns projetos necessários, mas alavancado não só naquilo que são os fundos provenientes do PRR que é preciso executar, mas também em empréstimos bancários (passivos financeiros que se traduzem em cerca de 6,7 milhões).

Além disso, temos ainda cerca de 1,3 milhões não definidos para obras descritas na página 83 do documento.

Claro que temos a consciência que um orçamento que acrescenta, grosso modo, mais 12 milhões de euros de despesas de capital face a 2024, por força de cumprir com a execução do PRR, e bem, porque consideramos que à exceção da obra das piscinas municipais, com a qual discordamos por não apresentar uma visão do que poderia ser efetivamente uma instalação que desse resposta à formação e competição, bem como, o prédio da rua da Fábrica, que fará uma enorme pressão sobre a rua, conjugada com uma instalação noutra local para lazer, deixa de ser comparável ao colocarem um rácio das despesas com pessoal com a despesa total. Se retiramos as obras do PRR e os empréstimos, o rácio entre as despesas com pessoal poderá considerar-se de mais de 40%, o que demonstra o caminho errado que consideramos estar a ser seguido neste âmbito.

Na qualidade de vereador eleito pelo PSD, encontro enormes fragilidades em diversos sectores municipais, com a falta de foco na prestação de serviço de verdadeira qualidade ao cidadão. Aquilo que nós entendemos, e que pode ter um maior impacto positivo na vida das pessoas, é efetivamente termos uma política orçamental centrada na qualidade de vida das pessoas. As inaugurações são boas, principalmente para o PS, mas é preciso foco na resposta aos problemas existentes neste concelho, deixar de empurrar para a frente.

Tal como preconizamos no direito à oposição, e pedimos ao Sr. Presidente que fizesse uma aposta na implementação de norma de qualidade, porque só assim é que nós podemos realmente medir aquilo que se faz e o serviço que se presta.

O PS pode dizer que é um orçamento competitivo, virado para as pessoas, mas depois não medem a concretização dos objetivos, e por isso temos a noção que não se cumprem com esses desígnios, porque é isso que assistimos na realidade do dia a dia e no diálogo com as forças vivas do concelho.

Se este fosse o nosso Orçamento, aqui na frase da Visão para o OM2025, onde se lê - “o município mais competitivo, sustentável, coeso e digital”, eu colocaria aqui um acrescento: “promovendo uma relação de proficiência com todos os munícipes”. Este sim, devia ser o grande foco, porque quando se cria uma estrutura de custos com despesas de pessoal de 17 milhões de euros, quem olha lá de fora, pensa assim “estamos a falar de um quadro de pessoal que já passou as 685 pessoas, 815 lugares previstos, quantas dessas pessoas estão efetivamente a trabalhar no município”. A verdade é que esse peso não deixa de ser uma coisa que se vai projetar no futuro. Portanto, este é um alerta que vos deixo.

Estamos também com uma grande dependência de financiamentos externos, este orçamento é claro nisso, temos atrasos sistemáticos em obras planeadas, muitas das obras como a Startup, a Regeneração Urbana (falta a ORU com os prejuízos causados a diversas instituições que deixaram de poder ter o IVA a 6% e tiveram que suportar IVA a 23%. Veja-se o caso do novo lar da Santa Casa da Misericórdia), o quarteirão cultural, lembro perfeitamente quando ele foi aqui apresentado em reunião, que era uma grande ideia vossa com uma necessidade de dar resposta às apresentações megalómanas do atual vereador António Rodrigues quando lançou a candidatura em 2021.

As redes cicláveis e Ecovias, a zona industrial da Zibreira, a requalificação de várias vias públicas e mobilidade urbana, são requalificações e intervenções que são necessárias fazer e elas traduzem-se, efetivamente, numa derrapagem que tem sido constante.

As grandes obras planeadas estão aqui sistematicamente a passar de ano para ano, com o aumento de custos que essas derrapagens geram. Estamos a falar de 14 milhões de euros para o PT 2030, estamos a falar da zona industrial dos Riachos que ainda estamos a concluir, a 2º fase do centro escolar de Santa Maria (*In OM24 -Outros dos grandes investimentos a concretizar no orçamento de 2024 corresponde à segunda fase do Centro Escolar de Santa Maria, candidatura pré-aprovada no âmbito do PT 2030 com um investimento superior a 3 milhões de euros dos quais o Município participa com uma verba de cerca de 800 mil euros*). A reabilitação da casa do Povo de Riachos com rubrica aberta em 2018 e que transita também para 2025, com a maior parte da verba em 2026, que se advinha que dificilmente será iniciada a obra, esperemos estar enganados. Outra obra anunciada e que ainda também nem sequer começou, foi a requalificação urbana de São Pedro que estamos a desenvolver, ou seja, parece que as obras vão sistematicamente atrasando, sendo essa a nossa grande preocupação. Volto a referir que as nossas propostas são no sentido de trazer mais qualidade ao serviço prestado ao cidadão, também um foco que nós sempre evidenciámos e que devíamos dar mais relevância tem a ver com as comunidades de energia renovável. Na minha primeira intervenção e todos aqui presentes sabem, eu não tinha nenhuma experiência em funções de vereação, porque era a primeira vez que ia assumir uma função de vereador na Câmara e era preciso transmitir aquilo que era o nosso programa e a nossa visão, e tinha como dois focos essenciais e que seriam transversais também ao PS, havendo da nossa parte total disponibilidade para acertar convosco medidas que fossem no sentido de cumprir com o Plano Nacional de Energia e Clima e, para isso, era preciso aprovar medidas para cumprir com essas metas e com o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis que também valorizamos. Ou seja, são questões que são transversais, que nós conseguimos compreender que seria necessário defendê-las, mas quando compreendemos que é preciso defendê-las é necessário, efetivamente, trabalhar para elas e as comunidades de energia renovável são uma situação que acho que era importante já estarmos a trabalhar para as implementar.

Ora, neste orçamento não se vislumbra um € disponível para instalar painéis fotovoltaicos, nós sabemos que a maioria das empresas e das pessoas a nível individual estão a fazer essa aposta e preocupa-me que, neste momento e em 4 anos de mandato, não haja efetivamente uma aposta nesse desígnio de realmente melhorar a eficiência energética daquilo que são os consumos, não só da via pública mas também dos edifícios municipais. Tal qual, como o senhor Presidente disse aqui, e com razão, que tinham aumentado cada vez mais os edifícios municipais e por sua vez tínhamos mais e mais requalificações para fazer e, por outro lado, se temos também mais serviços de limpeza (421.000€ para vigilância(+265%), (166.000€ para 308.000€), também temos mais serviços de consumo desses edifícios, tais como a água (+32%), eletricidade (1,02M,+3%) e gás (235m,+13%), provavelmente. Seria

fundamental que através de investimento de capital, pudéssemos criar uma forma de reduzir esses custos, o que seria sempre mais interessante por estarmos a falar que o total de despesas correntes em 2025 são de 33 milhões, mesmo assim, tivemos que reduzir a prestação dos serviços públicos (esperemos que não seja à custa de reduzir a fruta e o leite escolar para as nossas crianças, que vêm as suas verbas ser reduzidas de 21m para 18m e de 78,5m para 44,2m, de 24 para 25, e de fazer menos conservações e reparações nos edifícios, verbas que também são reduzidas), para conseguir alavancar o aumento dos custos com o pessoal, situação que é descrita como um ganho na negociação desses serviços no documento e que não nos é apresentada em detalhe onde existem esses ganhos.

Por conseguinte, não nos é possível afirmar que não seja apenas pela perspetiva da redução da qualidade de serviço ao município.

Outra componente que nos deixa preocupados e que disse aqui há pouco, é que iriam aumentar as taxas de Urbanismo. Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de ouvir o senhor presidente da Câmara de Ourém num jantar de empresários que reuniu com a ACISO e muita pena tenho que a nossa ACIS tenha fechado, não existindo ainda uma alternativa para juntar os comerciantes do nosso concelho e outros, que tão importantes são para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho, o que me preocupa que o prazo médio de conclusão de processos no urbanismo, e quando estamos a falar do prazo médio que foi aqui apresentado pela Kaisen estejamos a falar de 200 ou mais dias e, portanto, um prazo médio de um processo em Ourém são 90 dias, vejam a diferença. Dos processos todos que nós temos no município, se conseguíssemos otimizar essa eficiência na execução, provavelmente aquilo que nós arrecadamos em taxas municipais relativamente à urbanização e aos loteamentos, seriam efetivamente um valor absoluto muito maior.

Efetivamente, essa também é uma componente importante deste orçamento.

Apesar de nós percebermos que a maior parte das receitas do orçamento vem das transferências do estado e dos impostos diretos, só dizer-lhe também que me preocupa o saldo orçamental para 2025, isto para que os munícipes percebam, o nosso saldo primário que é o que resulta da receita efetiva que nós temos, menos a despesa efetiva, é negativo em 4,441M, demonstrando como eu já tinha referido há pouco, o saldo de capital dos -7,381 milhões, significa que nós vamos ter mais despesa de capital do que receita de capital, e daí necessitarmos de recorrer ao financiamento que nos leva assim para um saldo negativo.

Além do equilíbrio orçamental ser o equilíbrio orçamental mais baixo dos últimos orçamentos, estamos a falar que passou para 160.000 €, sabemos que basta que haja uma derrapagem ao longo do ano naquilo que é a forma como iremos arrecadar as receitas e, provavelmente, vamos ter aqui alguma dificuldade na gestão do mesmo.

No que se refere às obras que estamos a falar, as mesmas são obras bem-vindas porque nós também as aprovamos aqui e consideramos que há obras que são fundamentais.

Outra situação que me deixa apreensivo e me preocupa também, está aqui escrito no orçamento na pag. 86 uma frase que era escusada, que destoa do que o Sr. Presidente disse na última reunião em que esteve aqui connosco em que nos disse que o projeto de

financiamento da escola Artur Gonçalves estava provavelmente alocado, ou seja, necessariamente seria efetivado depois do Governo conseguir o empréstimo do BEI. O que é que aqui vem escrito no orçamento, é que a Escola Secundária Artur Gonçalves e a previsão para a requalificação da mesma será para a próxima década, acusando os serviços a CCDR no processo de decisão de colocação da ESAG em 48º lugar ter sido pouco transparente, frase que, diz o bom senso, deveria ser retirada, a não ser e eu gostaria de saber efetivamente, acho que era até importante para todos os torrejanos saberem, o que é que falhou nessa transparência, ou o que é que falhou nessa decisão para que o município de Torres Novas, num orçamento municipal, o afirmasse dessa forma.

O que é grave, é que o Sr. Presidente diz numa reunião pública uma coisa e outra coisa é aquilo que os serviços municipais dizem quando elaboram um orçamento.

Portanto, dizer que há falta de transparência nessa decisão e que a expectativa dessa obra é passar para daqui a 5 anos, por isso, na próxima década, significa dizer aos torrejanos esqueçam a obra! É uma mensagem completamente contraditória daquela que o Sr. Presidente passou aqui, eu gostava que isso ficasse clarificado.

Relativamente àquelas que foram as nossas propostas, nós verificamos que efetivamente para as Juntas de Freguesia não há um aumento das verbas no âmbito do auto de transferência da delegação das competências, isto porque o aumento dos valores é referente ao apoio aos recursos humanos por conta do aumento do salário mínimo, valores aliás, antes pelo contrário, parecem sofrer uma redução por conta da inflação e que retiram poder de intervenção das freguesias nas restantes rubricas. Não sei se as Juntas se queixaram, mas devem-se queixar certamente. Se concordaram, eu costumo dizer, quando nós pedimos obviamente que é difícil, principalmente quando estamos dependentes de terceiros, é difícil dizer que não estamos bem. O Sr. Presidente passa pelo mesmo, basta ver a delegação de competências na educação e como estamos a ser prejudicados no que se refere à manutenção de edifícios escolares, de saúde primária, porque também sabe perfeitamente que muitas das verbas, ainda agora acabou de dizer que as competências estão a ser um veículo de transporte daquelas que são as competências do estado e também se queixa que, se calhar, as receitas que vêm do Estado são poucas, mas no final vai aprovar o orçamento e vai dizer que sim, portanto, não vai contra o valor que veio, mas queria mais, não é?

Obviamente, que as juntas não lhe vão dizer que querem mais porque têm medo. Isto é preciso também ter aqui algum cuidado, por isso é que eu, se calhar, estou aqui a fazer é de “Advogado do Diabo” sem procuração, mas também acho que as juntas podiam ter aqui um bocadinho mais de reforço, para poderem ter mais força de agir no território. Digo isso porque é preciso dar-lhes mais capacidade de atuação e eu sei que até se preocupa com isso, mas também sei que as suas preocupações são financeiras, porque tem que tentar fazer aqui um equilíbrio orçamental e é difícil muitas vezes de o conseguir, eu já o tinha dito no último orçamento.

Ainda agora em relação à questão da decoração de Natal, Torres Novas, a cidade está bonita e efetivamente nós podemos sentir que as pessoas estão contentes, verifica-se que a iluminação do Castelo, das ruas, entre outras, mas provavelmente teria que se pensar na forma daquilo que se gastou efetivamente. Será que o retorno ou o benefício de algumas coisas que se gastou é quantificável, podia ser utilizado noutras rubricas, para apoiar mais as juntas de freguesia nos territórios deles e, portanto, tudo isto são decisões, que são decisões de gestão e que vocês têm toda a legitimidade para as fazerem, mas se calhar eu procuraria outra forma.

Relativamente as nossas propostas no âmbito do direito de oposição, nós pretendíamos reforçar as verbas de apoio à atividade regular dos Clubes e Associações Desportivos, das IPSS, das bandas e dos ranchos.

Queríamos efetivamente que se conseguisse fazer um contrato de ALD para podermos colocar carrinhas de nove lugares ao serviço das associações desportivas e coletividades, além de fazer um mapa de quilómetros, que nada tem a ver com os da utilização do Autocarro, mas sim, que se deliberasse uma verba para alocar às associações culturais e recreativas, os ranchos, as bandas e clubes para poderem usar em “x” km por ano, através de aluguer de veículos, para que eles pudessem usar. Queremos a Casa da Cultura dos Riachos, a criação da orquestra intermunicipal, e que fosse sediada em Torres Novas, também a pista de tartan do Estádio Municipal, a reabilitação da bancada, o campo sintético em Casais Castelos, um tanque de aprendizagem e natação de Riachos, para que as crianças de Riachos também pudessem também ter acesso a aulas de natação no seu território.

Pretendíamos também melhorar a eficiência energética, a poupança da água nas escolas e equipamentos públicos, que fossem adaptados para reduzir os caudais de água.

Prioridade para que fosse efetivada a segunda fase do centro escolar de Santa Maria, que está aqui no orçamento e esperamos que seja mesmo concretizado. Também solicitamos ter aqui um serviço de formação e apoio pedagógico às/os funcionários das escolas, que pudessem ter mais formação porque sentimos que as auxiliares de educação perdem muitas vezes aquela que é a função básica de poderem cuidar pedagogicamente do apoio às crianças e acabam por não o fazer em muitos casos. E não quero ser injusto para quem realmente se dedica, mas aquilo que temos assistido é que muitas pessoas que passam para auxiliares de educação, a seguir vão pedir para ser transferidas para outros serviços do município e há aqui muitos casos desses. Há pessoas que vão para lá e depois não têm componente pedagógica e não conseguem muitas vezes lidar com as crianças e era preciso apostar nessa formação.

Também reforçar o apoio informático da câmara às escolas, eu sei que é difícil nós sabemos que os equipamentos informáticos, sim, não estamos a falar da mesma coisa, o que estamos a falar não é só de fornecimento de computadores, o que vocês estão a falar é vão fornecer computadores e não a falar dar apoio, e se então está aí ficamos contentes, no final do ano vamos ver se lá está.

Relativamente à questão dos TUT, cuja gratuidade continuamos a apoiar, também tínhamos posto a hipótese de haver aqui uma extensão da linha TUT, uma forma de conseguir

que também desse resposta às necessidades das empresas e dos trabalhadores que precisam deslocar-se para as empresas, para as zonas industriais, eventualmente, também ir à Atouguia, à Quinta do Mato, fazer ali também mais um alargamento da linha. Queremos também um táxi social para as aldeias que permitisse um transporte para as consultas médicas, para aquelas pessoas que têm mais dificuldades. E, aliás, há um projeto extremamente interessante que ganhou o prémio da Inovação Social que tem precisamente a ver com uma carrinha que nós já tínhamos proposto, uma carrinha que vai às freguesias e vai prestar ali um apoio social e médico, não esquecendo que o vosso projeto EVA já era, este táxi social também era um projeto que seria interessante replicar em Torres Novas.

Como já disse há pouco, a implantação das normas de qualidade ISO9001.

Também nos preocupa que continuemos sem cabimentar a verba para fazer a ligação dos Negréus ao centro de saúde, Alto das Baralhas, ou seja, concretizar a tal circular externa. Falando dos Negréus, é uma vergonha verificar que a Câmara continua sem efetuar a obra dos arranjos exteriores da zona, dando um ar de abandono a uma das principais entradas na cidade.

Uma das questões que aproveito para referenciar e que tem sido muito falada em todas as visitas que efetuamos às freguesias, e nomeadamente, na última visita ao Pedrogão é a questão do PDM, também vamos ver qual é a previsão para a conclusão PDM, nós aqui também temos uma verba alocada para a revisão do PDM, esperar para ver quanto tempo é que falta mais para ele ser aprovado.

Pretendíamos que fosse contratada também uma empresa para apoiar na análise e aprovação de processos, principalmente daqueles que se estão já a arrastar há mais tempo na Câmara e que é difícil verem as suas decisões saírem, porque hoje em dia os serviços municipais com as necessidades de dar resposta imediata aos processos que entram, não têm depois tempo para os processos que estão mais atrasados e que se prolongam no tempo. Isto acaba por se traduzir num desequilíbrio grave e gera uma insatisfação das pessoas, que se queixam, e pior, se responda nos serviços que é normal e que sem alguém está insatisfeito, afirma-se que se recorra ao tribunal.

Nas pavimentações propostas estamos de acordo genericamente, esperemos que elas sejam efetivamente efetuadas, preocupação com o sucessivo adiar da reabilitação da Rua dos Antepassados.

Também em Riachos, ver se conseguimos que, efetivamente, as infraestruturas e a ligação à Zona Industrial se concretizem em 2025 e possamos ter a obra concluída e a funcionar, é realmente importante que a zona industrial entre em funcionamento pleno e que o sistema de transporte possa ser mais eficiente. Preocupa-nos a falta de visão para uma ciclovia que promova a intermodalidade entre Torres Novas, Riachos e Entroncamento, e a falta de aposta numa zona de estacionamento nova na zona da estação de Riachos que possa responder a uma maior procura da ferrovia durante os próximos anos.

O PSD propôs ainda que seja equacionada a implementação da NP 14001 - um sistema de gestão ambiental que achamos ser de importância vital, da necessidade que o

Município tem de cumprir com desenvolvimento sustentável e com as metas previstas no PNEC.

Outro sistema de normalização muito interessante e que também achamos importante, tem a ver com a organização e os seus trabalhadores e de que se fala pouco aqui.

É a aposta em conciliar a vida familiar com a vida com a vida profissional e, para isso, seria de ponderar implementar também a NP4552 - Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, familiar e pessoal. Apresentámos um conjunto de medidas que entendemos importantes aplicar no nosso município, sem esquecer um apoio à natalidade e as ARU para as aldeias, bem como, medidas para fixar os jovens fora da cidade.

Outra situação que também não encontro no orçamento tem a ver com a videovigilância pública.

Para terminar também gostava de ver aqui colocado a criação do Conselho Municipal do Desporto e uma abordagem mais efetiva aos conceitos smart-cities, não apenas como referência aos bairros digitais que é uma grande aposta que ainda veremos quais os resultados que serão concretizados.

Tudo o que temos defendido e que tentei resumir aqui, são as questões de que se invista mas numa lógica de melhoria da ligação Município-Utilizador, ou seja, numa lógica em que se otimiza aquilo que é o processo das pessoas fazerem chegar as suas reclamações/sugestões, daquilo que se passa no espaço público e melhorar a eficiência da gestão dos serviços prestados, tais como RSU, Limpeza Urbana, Processo Urbanísticos, Serviços Sociais e Escolares, implementando uma lógica de interface com um sistema de informação geográfica que nos permitisse ter uma relação mais transparente.

Tendo em consideração tudo o que já disse e devido às restrições para fazer uma análise mais profunda deste documento, irei abster-me neste Orçamento e votar contra o Mapa de Pessoal, pois não aceito que a estrutura de custos associada, opções políticas do PS, possa comprometer a sustentabilidade financeira para o futuro. As preocupações do PSD já elencadas são a estrutura de custos e a dependência excessiva de alcançar o orçamento com financiamentos externos, e a pouca preocupação de focar o exercício do serviço público numa prestação de serviço de excelência em áreas fundamentais, devidamente comprovada com o estado de muitas das nossas vias, passeios, parques, jardins entre outros. E o arrastar da capacidade de dar respostas céleres no departamento de Urbanismo, que é sem dúvida passível de gerar muito mais receitas, sem a necessidade de estarmos sempre a resumir a capacidade de aumentar receitas por via do aumento de impostos.

Que fique claro que não votarei contra este Orçamento, porque entendo que é necessário concretizar e executar o PRR, dar resposta às questões da habitação, educação, saúde e desporto, já que, ao nível cultural, Torres Novas já tem respostas suficientes no que diz respeito a edifícios municipais. Deixo para os membros do PSD eleitos para a Assembleia Municipal uma análise mais profunda. Aproveitamos para partilhar as propostas por nós apresentadas no âmbito do direito de oposição.”

Após análise, a Câmara deliberou, por maioria:

1 - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2025, com cinco votos favoráveis (Sr. Presidente, Vereadores Srs. Luis Silva, Elvira Sequeira, Joaquim Cabral e João Trindade) e um voto contra (Sr. Vereador Tiago Ferreira);

2 - Aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2025, com cinco votos favoráveis (Sr. Presidente, Vereadores Srs. Luis Silva, Elvira Sequeira, Joaquim Cabral e João Trindade) e uma abstenção (Sr. Vereador Tiago Ferreira).

3 - Submeter os documentos ora aprovados à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião pelas onze horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que, após aprovação, será assinada pelo Sr. Presidente e pela Coordenadora Técnica, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.-----